

O IMPACTO DO PAC HABITAÇÃO NO COTIDIANO DE MORADORES DE UMA FAVELA FLUMINENSE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA IDEIA DE LIMINARIDADE

Shirley Alves Torquato¹

Resumo: Este artigo busca interpretar algumas situações observadas durante trabalho de campo realizado em dois conjuntos de prédios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Morro do Preventório, localizado em Niterói, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Procurei observar através das narrativas dos moradores removidos de áreas de risco da favela para os apartamentos, seus principais conflitos, decepções, ambiguidades, ansiedades, incertezas, alegrias, novas expectativas e projetos a respeito da “mudança de vida”.

Palavras-chave: PAC; Morro do Preventório; mudança; consumo doméstico.

THE IMPACT OF PAC HABITAÇÃO RESIDENTS IN DAILY LIFE OF A SLUM FLUMINENSE: AN ANALYSIS FROM LIMINALITY IDEA

Abstract: This article presents an effort to interpret certain situations that I observed while doing fieldwork in two low-income apartment buildings constructed by the Accelerated Growth Program (PAC) on the Preventório favela, located in Niterói, a city in greater metropolitan Rio de Janeiro. By way of resident narratives on being removed from environmental risk areas, where their favela was located, to the apartment buildings, I sought to identify what their main conflicts, deceptions, ambiguities, anxieties, uncertainties, joy, new expectations, and projects were, regarding their “change of life”.

Keywords: PAC; Preventório Favela; change; domestic consumption.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como ponto de partida a tese de doutorado em Antropologia que defendi na Universidade Federal Fluminense. Na tese, busquei analisar os impactos da política habitacional do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC - na reformulação do cotidiano de famílias que foram removidas de suas casas na Favela do Preventório, localizado no município de Niterói, para apartamentos construídos no âmbito do Programa.

O foco de minhas observações se deu na ideia de "mudança" de vida, uma vez que tal expressão considerei como categoria nativa, por estar praticamente onipresente em todas as conversas e entrevistas que mantive com os interlocutores.

Neste artigo procuro pensar como a questão da mudança foi relevante para a reconstrução das estratégias cotidianas dos moradores ao organizarem suas vidas e mentes. Observei de perto 65 famílias e como não havia, por parte deles, um posicionamento

¹ Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com período sanduiche na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). E-mail: stshirleytorquato1@gmail.com.

minimamente homogêneo no que se referia a saída da favela, enfatizei no artigo, o aspecto da liminaridade, característica que é inerente à ideia de mudança.

O método etnográfico foi escolhido para a coleta de informações. Frequentei os apartamentos dos moradores durante quinze meses. Nesse período fotografei suas casas, conversei sobre suas rotinas e realizei algumas entrevistas.

Através das distintas tonalidades emocionais pelas quais era enunciada e evocada pelos moradores, pude perceber que a ideia de mudança era tida como um "drama social", na acepção de Victor Turner (1980; 2005), e foi a partir desta compreensão que estabeleci as relações com o esquema de Gregory Bateson (2008), ao tomar como referência a estrutura analítica utilizada para analisar o ritual do Naven. De acordo com Bateson, o Naven poderia ser melhor compreendido a partir de cadeias ou redes de relações causais denominadas por nexos pragmáticos, lógicos e dramáticos.

No presente artigo, faço uma rápida descrição histórica e geográfica da localidade estudada, em seguida falo sobre a chegada do PAC à favela, a forma pela qual o projeto foi recebido pelos moradores e em seguida concentro minha discussão nos aspectos dramáticos da mudança de endereço, o que significa que darei a ênfase aos aspectos emocionais dos moradores ao longo do processo de adaptação da mudança. Analiso a expressão dos sentimentos, para destacar como a mudança influenciou as atitudes dos moradores no dia a dia, em suas relações recíprocas, e também no que tange às escolhas que fizeram relacionadas aos seus respectivos processos de instalação nos apartamentos, da mesma forma como afetaram rotinas, atividades, hábitos etc.

A FAVELA DO PREVENTÓRIO E A INTERVENÇÃO DO PAC

As primeiras ocupações nas imediações da região que ficou conhecida como Preventório, localizado no bairro litorâneo de Charitas, zona sul de Niterói, e que se tornaria, pouco mais de um século depois, a maior favela da cidade em termos populacionais, segundo dados do IBGE², estão relacionadas à criação de um hospital flutuante, o Lazareto de Jurujuba, em 1851. Em 1853, ele passou a ser administrado pelo sanitarista Francisco de Paula Cândido, que deu seu nome ao Hospital. Em 1856, o governo imperial o reinaugurou como Hospital Marítimo de Santa Isabel, nome dado em homenagem à princesa Isabel.

Os resquícios da ocupação ocorrida na região desde o período imperial, e que diz respeito à história da cidade de Niterói, ainda persistem no entorno da região do Preventório. Além do conjunto arquitetônico constituído pelo antigo Educandário Paula Cândido, um prédio do século XIX, de estilo imponente, atualmente chamado de *Casa da Princesa*, há também um complexo de fortes de mais de quatro séculos no bairro vizinho, Jurujuba, que seguem um modelo de arquitetura colonial militar luso-brasileira, reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) e pela UNESCO (United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas). O bairro de Charitas está localizado entre uma enseada da Mata Atlântica e uma das enseadas da Baía de Guanabara (TORQUATO, 2013).

A Favela do Preventório, ou como é mais conhecida, Morro do Preventório, se desenvolveu na área de propriedade do Estado, atrás do Hospital Preventório Paula

² Segundo o censo do IBGE de 2010, existem 5744 moradores e 1760 domicílios, apesar do presidente da Associação dos moradores afirmar que o número real corresponde no mínimo ao dobro, uma vez que os dados oficiais não levam em consideração os imigrantes que lá vivem e que ainda não transferiram o título de eleitor para a cidade.

Cândido. Ao longo de décadas, a comunidade foi se expandindo até as áreas mais altas do cume do Morro da Viração, também conhecido como Morro do Preventório. As primeiras casas da favela foram construídas por funcionários e por familiares dos pacientes internados, para evitarem o dispêndio com o deslocamento e hospedagem.

Nos dias atais as belezas naturais que cercam a localidade, a atmosfera bucólica, a posição estratégica em relação à cidade, o provimento de linhas de ônibus municipais e intermunicipais, além de transporte alternativo, como mototáxis, reforçam o sentimento de satisfação dos moradores, apesar da relativa precariedade material em que muitos vivem, e das dificuldades estruturais ligadas a ausência de água encanada, iluminação pública, pavimentação, rede de esgoto, dentre outras.

Com relação à orla marítima propriamente dita, a praia do Preventório atualmente abriga a estação de catamarã Charitas. Tal estação faz parte do projeto do Caminho Niemeyer, que consiste num conjunto arquitetônico projetado pelo arquiteto para ser construído ao longo da orla da baía de Guanabara, sendo por fim concentrado em um aterro em frente à região central da cidade.

A favela do Preventório é a maior favela de Niterói em termos populacionais e foi a primeira da cidade a receber investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, programa elaborado pelo Ministério das Cidades em 2007, através do governo federal em parceria com os governos estaduais e municipais.

Segundo dados da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro - CEHAB/RJ-, em 12 de novembro de 2007 foi publicado o decreto de criação da ZEIS³ do Morro do Preventório tendo como diretrizes a definição de normas e parâmetros urbanísticos especiais destinados ao licenciamento e fiscalização de parcelamento do solo, obras, edificações, usos e atividades a serem estabelecidos de comum acordo com a comunidade, pautados nas características locais socioeconômicas dos ocupantes; e a regularização fundiária da área em favor dos ocupantes dos imóveis existentes.

A exemplo das Zones de Urbanization Prioritaire (ZUP's) francesas, criadas nos anos 1960, as ZEIS tornaram-se o símbolo de sucesso das políticas habitacionais brasileiras fundadas no princípio da função social da propriedade. Este tipo especial de zoneamento tem como objetivo promover a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. Legalmente, as ZEIS são áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, no sentido de viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis, [...] (FREIRE, 2011; p.292).

As obras de urbanização da Favela do Preventório, segundo o Ministério das Cidades, foram orçadas em 22 milhões de reais, incluindo obras de urbanização; reflorestamento e contenção de encostas; construção de um Centro Comunitário; uma praça e uma quadra poliesportiva e reassentamento de famílias que ocupam áreas de proteção ambiental. Segundo os autores do programa, a proposta de aceleração do desenvolvimento possui uma dimensão socioeconômica que visa assegurar o crescimento do país em diferentes áreas tidas como estratégicas através da formulação de um conjunto de políticas econômicas a serem estabelecidas em dez anos, com prioridade nas áreas de

³ Zona Especiais de Interesse Social. Categoria utilizada por muitos municípios para designar zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação (BRASIL, 2009: 17).

saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. No que tange à ação do governo federal, desde o final da primeira década do século XXI, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vem promovendo, no escopo de um conjunto de grandes investimentos em obras de infraestrutura, a urbanização e o saneamento de favelas em diversas regiões do país (TORQUATO, 2013).

Contudo, as razões para que essa escolha recaísse primeiramente sobre o Morro do Preventório não foram motivadas apenas pela história da favela, mas a justificativa incluía a questão do risco ambiental. Em períodos de chuvas é comum ocorrerem alagamentos, enchentes e deslizamentos de terras. Nessas ocasiões, muitas famílias perdem seus pertences, suas casas e até mesmo suas vidas. No Preventório, essas histórias se repetem anualmente, por isso, ali as obras de contenção sempre foram necessárias e urgentes.

A militância da Associação de Moradores, paralelamente aos interesses do município e do estado em valorizar ainda mais aquela área urbana, foi fundamental para que a comunidade fosse servida pelas intervenções do Programa, além de uma resposta positiva aos movimentos ambientais que alegavam a necessidade da preservação dos poucos resquícios de Mata Atlântica (TORQUATO, 2013).

POR QUE O PAC NO MORRO DO PREVENTÓRIO?

A proposta do PAC apresentou-se como um programa para levar benefícios para toda a comunidade do morro, especialmente através de obras de contenção das encostas, para evitar os constantes deslizamentos de terra no morro. Assim sendo, a atenção e o foco deste artigo é especificamente dado às famílias que foram contempladas com os apartamentos. Segundo os gestores do PAC, elas viviam em áreas de proteção ambiental e/ou áreas de risco de desabamento. Aproximadamente 800 moradores foram morar nas 238 unidades habitacionais⁴. Dez unidades foram disponibilizadas para ex-internos do hospital psiquiátrico de Jurujuba, totalizando 248 unidades habitacionais ao todo, no entanto, esta mudança que ocorreu de forma imposta, não foi somente de espacialidade. O perfil dos moradores contemplados é de trabalhadores informais com renda familiar média de um salário mínimo e meio.

A “MUDANÇA DE VIDA”

O trabalho de campo que realizei ocorreu exatamente no momento em que os moradores acabavam de se mudar para os apartamentos, portanto, estavam iniciando seu processo de acomodação na nova moradia e na nova condição a qual foram alçados. Colocado nesses termos, posso dizer que o trabalho de campo foi realizado no momento exato em que se encontravam naquele período crítico, tão bem descrito e discutido por Victor Turner (2005), e que mereceu de sua parte uma expressão própria intitulada *betwixt and between*. "Se o nosso modelo básico de sociedade é o de uma 'estrutura de posições', devemos encarar o período de margem ou 'liminaridade' como uma situação interestrutural" (TURNER, 2005; p.137).

Cada apartamento do PAC Preventório possui 45 metros quadrados, divididos em

⁴ Os ex-internos do Hospital psiquiátrico continuam sendo assistidos por funcionários do Hospital e recebem uma bolsa no valor de um salário mínimo previsto no regimento da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social do município de Niterói). Cada um dos dez apartamentos possui em média quatro moradores advindos do Hospital, além dos funcionários deste que são os seus cuidadores e transferiram para lá seus plantões. Segundo os cuidadores, a Prefeitura, durante alguns meses, já deixou de repassar o valor correspondente à bolsa, deixando os internos em situação difícil financeira difícil.

dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Com exceção apenas dos apartamentos localizados no térreo, que possuíam apenas um quarto e banheiro adaptado para portadores de necessidades especiais. A remoção para os apartamentos implicou em mudanças profundas na vida dos moradores em diferentes aspectos: em relação às novas despesas e gastos que tiveram de enfrentar, nas formas de sociabilidade e relações de vizinhança, e uma nova relação com o Estado e suas burocracias.

A “mudança de vida”, no entanto, categoria nativa e utilizada de forma corriqueira pelos moradores, servia, tanto para exaltar a satisfação com a ida para os apartamentos, quanto para denunciar o descontentamento e a perda de algumas qualidades atribuídas à vida antes da mudança, como a perda da “privacidade”.

Para esses moradores, a adaptação ao novo espaço significou objetivamente investir em novas práticas e usos do espaço doméstico, ao mesmo tempo que reformular ou até mesmo suspender algumas práticas sociais antigas, como lavar e estender roupas em frente de casa, ou ter de aprender a controlar o barulho produzido no interior de suas residências, além de se defrontar com novos regimes de proximidade que exigiam uma etiqueta mais universalista e impessoal. Ao mesmo tempo em que desapareceram velhos conflitos, delinearam-se novos, muitos deles completamente desconhecidos para essas pessoas. É nesse contexto que a cultura material entra em cena para ajudar a elucidar as novas tramas e dramas que passam a fazer parte da vida dessas pessoas. Nesse sentido, ela ganhou destaque e importância na medida em que passou a corroborar as novas fronteiras entre os moradores, além de representar, de fato, para alguns, uma forma de mobilidade ou ascensão social.

Muitos moradores não entendiam ou não aceitavam as decisões tomadas pelo governo em federal em dar cabo às remoções. Em 2007, quando começou o estudo sobre impactos ambientais a pedido do governo federal na área do Morro do Preventório, realizou-se uma análise técnica pelos engenheiros da CEHAB no qual identificaram as áreas de risco de acidentes na favela e onde as obras de contenção seriam necessárias.

Os prédios foram construídos e nomeados obedecendo a ordem de finalização e de entrega aos moradores: Preventório I, Preventório II e Preventório III. Para fins de pesquisa realizei observações no Preventório I e no Preventório III.

O PREVENTÓRIO I

O Preventório I está situado na avenida de grande movimentação de carros, ônibus e pedestres, onde se avizinham a Delegacia policial do bairro, o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, o Hospital dos servidores do Estado, que funciona principalmente como maternidade, e o Corpo de Bombeiros. Na extensão da via localizam-se restaurantes, um hotel e prédios residenciais de luxo. E em frente está localizada a Estação Hidroviária do Catamarã.

Ainda que esteja situado em frente à praia, algo que configura alto valor simbólico, sobretudo no Rio de Janeiro, os moradores do Preventório I não sentem diferença em termos de status em relação aos moradores do Preventório II ou III. As diferenças que gostam de enfatizar são em relação à organização. “Aqui tudo é Morro do Preventório. Veio todo mundo do mesmo lugar, não tem diferença não. Mas eu prefiro o meu PAC, acho mais organizado. O pessoal lá do Preventório II, dos Bombeiros, eu acho muito abusado” (Gisela, moradora do Preventório I).

O PREVENTÓRIO III

Apesar de o Preventório I ser a grande “vitrine” do PAC, por estar localizado na avenida principal, avizinhandose de prédios de classe média alta, e da Estação do

Catamarã, os principais interlocutores com quem tive contato moravam no Preventório III. Este foi o último da sequência dos três conjuntos de apartamentos (Preventório I, Preventório II e Preventório III) que foi entregue aos moradores.

O Preventório III está localizado numa das principais entradas da favela do Preventório, e, estruturalmente, mais próximo do morro do que do asfalto, ao contrário do Preventório I. Possui três blocos de seis prédios com cinco pavimentos (A, B, C, D, E e F), que completam ao todo 120 apartamentos, e uma média de 500 moradores. Dentre os três conjuntos é o mais populoso.

Para cada dois prédios, que corresponde a 40 famílias ou 40 apartamentos, existe uma equipe administrativa responsável (síndico, subsíndico, tesoureiro, conselheiros e secretários). Tal organização foi sugerida pelo setor de assistência social da CEHAB- RJ- Companhia Estadual de Habitação, com o intuito de traçar um padrão estratégico de organização na gestão das habitações.

A Companhia atuou como colaboradora nos procedimentos burocráticos do processo transitório dos moradores para os apartamentos, auxiliando-os nas questões administrativas, posturais, na elucidação das regras condominiais e na internalização da importância de determinadas obrigações, como o pagamento da taxa de manutenção do condomínio, lei do silêncio à partir das 22 horas, interdição das roupas estendidas nas janelas, dentre outras,

Os moradores do Preventório III estão localizados entre o morro e o asfalto. Aproveitam-se das facilidades da “baixada”, como: pegar táxi no dia em que fazem as compras, podendo “descer na porta”; possuírem água na torneira e terem um banheiro com descarga, mas alguns deles acreditam ainda vivenciar o mesmo cenário de antes.

Aqui o que mudou foi da porta pra dentro. Do lado de fora continuam as mesmas pessoas. A mesma favela de sempre. Eu acho até que tem umas coisas piores, porque antigamente não tinha vizinho mal educado na minha porta e criança sem limite fazendo algazarra. Antes, eu sabia que o vizinho de mais perto fazia uso de drogas, mas eu não via e nem escutava nada. Era longe (Carmem, moradora do Preventório III).

Embora favela e apartamento possuam representações diferenciadas que revelam estilos de vida diferenciados, e grosso modo, um representando a pobreza, e outro, um estilo de vida mais próximo das camadas médias, como venho afirmando, a ida para os apartamentos não significou para aqueles que mudaram, a saída de um universo simbolizado por estigmas e poluição (DOUGLAS, 1991) para outro, puro e estruturado (TURNER, 2005). Ao contrário, jogou-os numa posição de total ambiguidade, no “limbo”, segundo Turner. Eles tornaram-se visíveis em relação a determinadas situações, e invisíveis em relação a outras. Ainda que a mudança tenha significado uma melhoria de vida para a maioria das famílias em termos de conforto doméstico, houve, em certo sentido, a transferência de práticas corriqueiramente usuais na favela.

A MUDANÇA DE ENDEREÇO COMO UM RITUAL DE PASSAGEM

Além de um ritual de passagem nos termos de Turner, a mudança pode vir a se encaixar na definição, de Mauss, de "fato social total". E como tal, mobilizou todas as dimensões das vidas dos moradores. Não foi apenas uma mudança de endereço, em que pesem todas as questões de ordem sociológica e política extremamente complexas que elas recobrem. Em todas as repercussões e consequências advindas da mudança, a *expressão obrigatória dos sentimentos* esteve presente de uma forma que reforça tanto a qualidade ritual do acontecimento, ao mesmo tempo que a sua dimensão teatral e dramática. Uma dimensão corroborando a outra.

Ao estudar os cultos funerários, Mauss percebeu que, tanto as lágrimas, quanto

uma série de expressões orais de sentimentos não eram apenas fenômenos psicofisiológicos, mas, sobretudo, fenômenos sociais, e, mais, que, ao invés de serem expressões individuais, são marcadas pela sua expressão obrigatória por parte dos membros da sociedade. Todas essas expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, formam, para Mauss (MAUSS, 1979; p.153), uma linguagem, pois só podem ser compreendidas porque todo o grupo as entende também como uma ação simbólica.

MUDANÇA E AMBIGUIDADE

Toda mudança pode vir a provocar situações de extrema ambiguidade, incerteza, conflitos inesperados, situações de desconforto, de sofrimento e sentimentos de perda, sobretudo, quando a mudança não é planejada ou fruto de uma escolha deliberada e pessoal. Foram muitas as situações relatadas por moradores envolvendo situações conflituosas. O que mais procurei observar, no entanto, era a forma como eles elaboravam esses dramas para si próprios, a partir, ou tendo como referência a mudança para os apartamentos; de que modo eles narravam acontecimentos de suas vidas passadas, tendo como horizonte a nova condição em que se encontravam.

Mesmo conhecendo objetivamente alguns desses dramas, e de certa forma tê-los testemunhado, foi muito importante defrontar-me com as narrativas construídas por eles, com o objetivo de justificarem suas atitudes, percepções e até mesmo experiências naquele momento.

Victor Turner (1980; 1996) analisa os dramas sociais como sendo uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo, e, por isso, representariam uma complexa interação entre padrões sociais no campo da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos, no aqui e no agora⁵. Ao formular a noção de "drama social", o autor tinha em mente a explícita comparação da estrutura temporal de certos tipos de processos sociais com aquelas dos dramas no palco, com seus atos e cenas, cada um com suas qualidades peculiares, e todos caminhando para um clímax.

A condição de liminaridade em que os moradores se encontravam contribuía muito para o elevado tom emocional, muitas vezes, atingindo um nível de estresse no qual era possível destacar algumas estruturas recorrentes, sendo a principal delas o fato de que os dramas se referiam em sua totalidade a questões familiares, punham em evidência os laços familiares, tais como casamento, relações afetivas, amorosas e o sofrimento advindo da perda ou ausência desses laços, ao mesmo tempo em que se reafirmava o reconhecimento deles para uma existência moral e emocional satisfatória.

Ao contrário de substituir ou diminuir a importância fundamental desses laços, a mudança para os apartamentos e a instalação no novo espaço em meio aos conflitos, dissabores, decepções e ou satisfação pelo conforto adquirido, tornou-se um pretexto para os moradores falarem de si mesmos, a partir desses laços e das posições que possuíam ou não neles, fossem como pais, mães, filhos etc. Nesse contexto, emergiu uma questão de gênero muito importante, que já havia sido observada por mim, no que se referia às distintas compreensões e atuações de homens e mulheres nesses dramas, como eles

⁵"Poverty has many faces. For some it is to be without food, for others without clothes, for others again to lack shelter. Poverty defies a universal definition". WIKAN, Unni. Tomorrow, God Willing – Self-made destinies in Cairo. Chicago: The University of Chicago Press, 1996 [1944]. 333p.

reagiam, percebiam e se sentiam afetados por tudo o que lhes aconteceu e estava acontecendo naquele momento.

Uma das questões que este artigo visa problematizar é como a mudança para os apartamentos implicou na incorporação de novas representações por parte dos moradores, não apenas ao lidarem pragmaticamente com a própria mudança, com o novo apartamento e reorganizarem seu cotidiano, mas também como atribuíram diferentes significados através da mudança.

Para realizar essa análise elegi alguns interlocutores e suas experiências com a mudança:

FELÍCIA E ALINE

Durante minhas idas ao Preventório I, por algumas vezes encontrava nos corredores a jovem moradora Felícia, de 25 anos, ou um de seus três filhos, de 5, 7 e 9 anos. Desempregada e mãe solteira, sempre que me via, pedia para que eu viesse em seu favor. “Você teria como marcar um encontro com a assistente social pra mim? Eu não tenho como pagar esse condomínio. Eu mal tenho como alimentar meus filhos, e se me despejarem não teremos onde morar. Mandaram a gente pra cá mesmo sabendo que eu não teria dinheiro pra pagar conta nenhuma”.

Felícia não sabia qual era a minha origem institucional (se eu era representante da prefeitura; do PAC, da CEHAB; do governo do estado ou outros), mas associava a minha figura a alguém de “fora”, importante o suficiente para ajudá-la e lhe dar maiores esclarecimentos sobre a sua situação. Afinal de contas, até aquele momento, todos que vinham “de fora” estavam ligados às instituições que traziam resoluções (positivas ou não, segundo as percepções locais).

O caso de Felícia era sempre tomado como exemplo pelos demais moradores do Preventório I, pois ela era apontada como uma das moradoras com a situação financeira mais difícil e, por isso, constantemente era ajudada pelos vizinhos que lhe doavam comida e roupas. A tesoureira, por exemplo, relatou que, apesar de a moradora nunca ter pago a taxa de gás desde que foi morar lá, nunca teve coragem de cortá-lo, por entender que isso influenciaria direto na alimentação dos filhos.

A moradora em questão recebia o auxílio do governo *Bolsa família*, no valor de R\$110, e dizia que conseguia “fazer milagre” com ele. Relatou-me que não tinha “de onde tirar mais” dinheiro. O pai de seus filhos, de quem era separada, vivia uma situação complexa: quando não estava preso, estava foragido, o que lhe impossibilitava o pedido de pensão alimentícia. Devido a essa dificuldade financeira, nunca pagou nenhuma conta de condomínio, tampouco a conta de luz, que, por sorte ou acaso, nunca foi cortada. Seus demais familiares ainda moram no Morro do Preventório, mas também passam por privações financeiras. Dois dos seus seis irmãos estão presos por estarem envolvidos com vendas de drogas e homicídio.

As preocupações diárias de Felícia, que não eram poucas, somaram-se, depois da mudança, ao medo de ser despejada. Sentia constantemente o mal-estar por saber que sua dívida crescia a cada mês, e que “nunca” conseguiria pagar as despesas.

Antes eu só me preocupava em comprar comida pra dar para os meus filhos comerem. Agora é muito mais do que isso. Eu vivo atormentada sem saber se vão cortar meu gás, minha luz e minha água. Antes, eu tinha isso tudo sem pagar. Eu fazia comida no fogão de lenha. Não precisava pagar. A luz, a gente tinha gato, e água tinha à vontade também.

A moradora deixa claro que se sente injustiçada pelo poder público, uma vez que, agora, ela não pode ser dar ao “direito” de manter suas ligações irregulares de luz e água, e

precisa pagar também pelo gás que utiliza.

Aline, com 22 anos, sempre morou no Preventório. A moradora contou que, quando seus pais morreram, ela ainda tinha 13 anos e ficou morando com a irmã mais velha, que era casada e tinha dois filhos, também no Preventório. Aos 18 anos, quando soube que estava grávida, resolveu morar com o namorado. Compraram, então, um terreno mais acima na favela, e construíram dois cômodos com o intuito de aumentarem futuramente. Aline conta que o casal sempre discutia muito, porém, antes do filho do casal fazer um ano, ficou novamente grávida. Neste ínterim, relatou que o marido “foi embora” e casou-se novamente com uma mulher de fora do Preventório. A moradora conta que antes da gravidez trabalhava fazendo faxinas, mas não conseguiu retomar nenhuma atividade remunerada após o nascimento dos filhos. Suas despesas com alimentação são pagas pelo pai dos seus filhos através da pensão. Quanto às demais despesas, Aline afirma não serem muitas: “A gente só gastava com a alimentação mesmo.” Quando soube que sua casa seria removida, Aline comenta que “ficou sem chão”:

Eu disse a ela [à assistente social] que não queria descer. Que não tinha condições de bancar sozinha as despesas de um apartamento, e ela disse que eu poderia aceitar a indenização do meu barraco. Mas quando ela me falou o valor eu quase caí pra trás. Era tipo três mil reais. O que eu ia fazer com esse dinheiro? Daí ela me convenceu a ficar com o apartamento, e na reunião que eles [a CEHAB] fizeram, disseram que a gente só ia pagar uma conta. Mas na verdade era tudo mentira porque aqui eu tenho que pagar luz, condomínio e gás, quer dizer, um monte de contas.

Nestes dois casos ficou evidente como os respectivos modos de vida anteriores se coadunavam com a lógica de acesso irregular aos serviços de fornecimento de energia e água. A expressão de sua indignação não era tanto por saber que não poderia ser capaz de pagar por eles, mas de sentir-se lesada e injustiçada com o fato de que o poder público não lhe deu escolhas, e isso é grave, do ponto de vista da execução do próprio programa. Tanto os técnicos do programa, no caso, as assistentes sociais, não se deram conta do grau de vulnerabilidade dessas mulheres, quanto não lhes deram alternativas para permanecerem na favela. A mudança compulsória, longe de representar uma motivação para a busca imediata de outras alternativas, aparentemente deixou-as sem alternativas e sem condições de valorizar positivamente seus ganhos. Aline, através do sorteio⁶, conseguiu um apartamento no terceiro andar e de frente para a praia. O que poderia ter sido festejado por muitas famílias, foi desdenhado por ela. Ao desprezar a localização do apartamento, disse não ver diferença. “Preferia ser sorteada para continuar morando quieta lá no meu barraco.”

A mudança de moradia, segundo sua fala, representou uma mudança radical em sua vida: “Eu me sinto muito infeliz aqui. O que adianta morar num apartamento e não ter dinheiro pra bancar as contas dele? Eu quero voltar para um lugar que seja meu, para o barraco mesmo. Lá, não tinha ninguém pra me perturbar. E aqui, ninguém me deu papel nenhum com o meu nome dizendo que essa casa é minha”.

Aline mudou de moradia, mas não conseguiu adequar seus ganhos financeiros ao novo estilo de vida. Os filhos estão muito pequenos, e ela não consegue encontrar um emprego, nem uma pessoa de confiança que possa tomar conta deles. A ajuda financeira por parte de familiares é intermitente, e quando ocorre, ela prioriza a compra de alimentos e o pagamento da conta de gás e luz. Esta última, só paga quando recebe um comunicado

⁶ Todos os apartamentos foram sorteados em sessão realizada entre moradores e assistentes sociais da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB- RJ).

de corte de energia. “Eu não vou deixar de dar comida pros meus filhos para pagar condomínio. Aí, arrumo dinheiro com a minha irmã, ou peço ao pai das crianças pra dar um jeito.”

O compromisso mensal da taxa de condomínio, principal gerador de angústia, criou em boa parte dos moradores o receio de não conseguir honrar os pagamentos. “A luz a gente usa, né, então tem que pagar, mas o condomínio? Por que pagar isso?”, questionou Aline.

Uma parcela significativa de moradores, como Aline e Felícia, sentiu-se lesada pelo fato de que “lá em cima” não tinham nenhuma despesa e, ao terem sido tirados de “lá” sem direito de escolha, agora precisam pagar “um monte de contas”.

As novas representações e construções lógicas não só se referiram ao controle das finanças, uma vez que um conjunto de novas despesas teve que ser incluído em reduzidos orçamentos, mas também no que diz respeito à nova percepção que os moradores passaram a ter de si próprios, enquanto indivíduos/pessoas, e enquanto um grupo de pessoas que compartilhavam algo em comum, em função do que foram conduzidos àquela situação, a saber, suas condições de ex-moradores de favela, cuja remoção deveu-se ao fato de eles residirem em áreas consideradas de risco (segundo a justificativa oficial do poder público).

EFEITOS IMEDIATOS DA MUDANÇA DE ENDEREÇO

A mudança para os apartamentos exigiu a incorporação de uma nova lógica de organização doméstica, tanto das rotinas domésticas, quanto do espaço doméstico em si, como arrumar a casa, lavar e estender as roupas, lidar com novas formas de controle social, que dependiam de outras técnicas corporais que precisaram ser adquiridas (controle do barulho e da intimidade), uma vez que passaram a ser cobradas pelo poder público e pela vizinhança. O custo da identidade de ser “morador de favela”, e ter de lidar cotidianamente com o estigma que isso acarreta, foi substituído pelos custos sociais de se construir uma nova identidade como “condômino” de um conjunto de prédios que faz parte de um programa do governo federal - o PAC.

Alguns moradores, como Aline e Felícia, continuavam não entendendo ou não aceitando as justificativas dadas pelo governo para a retirada deles de suas antigas moradias. O fato de haver esta ambiguidade no sentido lógico influenciou bastante no plano pragmático, isto é, nas relações dessas pessoas com o próprio apartamento, especialmente diante das novas despesas e contas, com os novos vizinhos e tudo o mais.

Vários conflitos não ocorreram por acaso, e as razões para eles deveram-se à forma “dramática” através da qual eles foram sendo vividos, especialmente quanto às divergências surgidas entre moradores que continuavam não entendendo direito por que tiveram de sair de suas casas, e aqueles que não só entendiam, como aderiram ao PAC, engajando-se de bom grado na mudança.

Não houve apenas uma mudança do endereço físico, mas, sobretudo, de uma nova organização lógica e cognitiva. Neste caso, ela foi inicialmente provocada e promovida pelo poder público. Afinal, foi uma mudança pensada e levada a efeito por instituições estatais, executada por profissionais e técnicos que, no uso de seus saberes e competências específicas, buscaram realizar uma missão social e civilizatória de transformar “moradores de favelas” em “condôminos”, no âmbito de um programa de governo. Assim posto, do ponto de vista dos funcionários e técnicos envolvidos, não restam dúvidas de que o programa dizia respeito à inclusão dos contemplados pelo programa numa nova ordem social, lógica e simbólica.

Todas as pretensões pedagógicas e “civilizatórias” do Programa ficaram evidentes

quando, antes da entrega das chaves aos moradores do PAC Preventório, a CEHAB, através de seu setor de serviço social, em parceria com a construtora Delta e a Ampla, concessionária de energia elétrica que atende o município, encarregou-se de organizar um ciclo de palestras, em que os palestrantes buscaram ensinar aos novos moradores dos apartamentos como seriam as novas regras e etiquetas de convivência nos blocos, que podem ser resumidas nas seguintes: 1) respeitar a Lei do silêncio; 2) não estender roupas na janela em nenhuma hipótese, sob o risco de multa; 3) racionalizar o uso da energia elétrica em seus apartamentos; 4) pagar a taxa condominial; 5) organizar um grupo a fazer parte da administração condominial, dentre outros. Essas 5 regras são importantes para compreendermos como os novos moradores eram percebidos pelo Estado, ao mesmo tempo em que poderemos examinar como cada uma delas impactou nos regimes de vida anteriores.

A mudança representou uma ruptura na vida dos envolvidos. Havia um "antes", que é o período anterior de suas vidas como "moradores de favela", situação em que eram duplamente estigmatizados, uma vez que, no próprio contexto da favela, foram considerados mais vulneráveis pelos demais moradores e pelo poder público, por residirem em áreas consideradas de risco. Ao aceitarem a remoção para os apartamentos do PAC, houve um "depois", quando, então, se tornaram moradores e "condôminos" do PAC.

Em relação à vários aspectos, percebi que a mudança para os apartamentos poderia ser assimilada ou aproximada a um ritual de passagem. Quando comecei a acompanhar os moradores, estes se encontravam no momento crítico, sobretudo em termos emocionais, pois suas antigas vidas haviam se desfeito, uma vez que as casas tinham sido todas destruídas, logo, suas vidas anteriores resumiam-se naquele momento a um punhado de lembranças que, diante das situações críticas que passaram a viver, passaram a ser idealizadas e narradas exatamente da forma que Turner se referiu ao descrever o início de um drama: “a aparente paz se transforma em conflitos evidentes e antagonismos latentes tornam-se visíveis” (TURNER, 1980; p.10).

Se havia, por parte da grande maioria dos moradores, a constante expectativa de uma vida “melhor”, concretamente ela havia passado a ser marcada por muitas incertezas e cobranças, conseqüentemente, ameaças, pois, apesar da precariedade das casas anteriores, elas eram uma referência simbólica de estabilidade, ou, segundo eles, de "liberdade" e de "privacidade".

DONA CARMEM

Dona Carmem é doméstica, tem 48 anos e costumava-se identificar como “cria” do Preventório. Nasceu e criou os dois filhos, de 22 e 25 anos, na mesma casa que foi considerada como estando localizada em área de risco pelos engenheiros da CEHAB. A filha mora com ela num apartamento no térreo do Bloco I, do Preventório III. Morar no térreo é motivo de insatisfação para a moradora, pois atrai olhares de curiosos quando as janelas estão abertas:

Esse pessoal sem educação daqui olha pra minha janela como se fosse vitrine. Depois ficam comentando na vizinhança que eu não tenho nada dentro de casa. Eu digo isso porque eu não comprei nada pra cá. Estou me organizando para isso. Não tenho culpa se as pessoas fazem crediário a torto e à direita. Eu não faço.

Essas palavras foram ditas em janeiro de 2011, e na ocasião havia pouco menos de um mês que Carmem havia se mudado. Ela se antecipou, pedindo desculpas por não me chamar para conhecer seu apartamento, pois ele não estava “pronto” para receber visitas.

Como não havia comprado nada, tampouco trazido as mobílias da casa antiga, achava melhor me convidar para conhecer sua casa em outra oportunidade, quando já tivesse "arrumado a casa". O fato é que Carmem não estava totalmente satisfeita com a troca. *"Aqui não dá nem pra colocar uma mesa grande na cozinha e comer com a família toda reunida. Esse apartamento separa a família. Antes eu tinha isso lá na minha cozinha"*.

Encontramo-nos por diversas vezes ao longo da pesquisa. Mas, somente uns seis meses após a mudança, quando nos vimos por acaso numa rua próxima ao Preventório I, ela me disse com alegria e em tom de novidade, que havia comprado "tudo novo", e "agora sim", eu estava convidada para tomar um café com ela para conhecer seu apartamento. Infelizmente não pude ir naquele dia, pois já havia marcado um encontro com dois outros moradores.

Nos encontramos três meses depois quando na entrada do Preventório III, perguntei-lhe sobre as novidades e rotina de vida e quando poderíamos tomar o cafezinho que não havíamos tomado no ano anterior. Para minha surpresa, ela narrou o desagradável acontecimento de poucos meses antes: um dos canos da tubulação de esgoto que passava por debaixo do seu apartamento estourou. Sua cozinha e banheiro foram tomados por dejetos líquidos e sólidos, inundando todos os demais cômodos e causando estrago nos bens recém-adquiridos, e ainda não totalmente pagos: sofás, rack, geladeira, armários de quarto, máquina de lavar e tapetes. A moradora, que não estava em casa durante o ocorrido, não pôde evitar que o esgoto se alastrasse pelos cômodos. Ao chegar em casa no final do dia, e ver o acontecido, caiu em prantos e, sem saber como lidar com a situação, pediu auxílio aos vizinhos e aos síndicos que a auxiliaram com a limpeza. Não conseguiu dormir em casa nesta noite, por isso foi dormir na casa do filho, que lhe aconselhou acionar judicialmente a construtora do prédio, a Delta. E assim o fez. Procurou auxílio na justiça gratuita e venceu o processo na primeira instância. A empreiteira, no entanto, recorreu da decisão logo em seguida e se limitou a fazer obras emergenciais, "pouco confiáveis", segundo a moradora.

Pobre eles tratam assim mesmo. Acham que podem dar qualquer coisa e a gente vai aceitar de boca fechada. Eles vieram consertar o cano, mas as paredes do prédio estão rachando e o prédio tem menos de três anos de uso. Quando o prédio cair com um monte de gente dentro de casa, não vai ter ninguém pra reclamar, porque todos vão estar mortos. Estou muito triste e decepcionada. Eles são tão irresponsáveis, que se recusaram a pagar o prejuízo que me fizeram passar. Não acredito em nada mais que o governo possa dar pra gente. Parte de mim se foi. Quero ir embora daqui. Brincaram com nossos sonhos.

Esta narrativa, ao meu ver, foi a mais emblemática de todas, pelo fato de destoar das demais, e denunciar um aspecto do PAC bastante problemático, isto é, a saber, sua execução, inclusive em termos das obras de construção dos prédios, bem como sua relação de ambiguidade diante dos próprios beneficiários, tratados ao mesmo tempo como clientes e adversários. O problema de Dona Carmem colocou em evidência a fragilidade do processo de execução do PAC, os limites da "generosidade", ou da política de inclusão do governo que, mais uma vez, não previu o óbvio: 1) que a construção dos prédios apresentaria inúmeros problemas, motivados pelas obras, ou pela má qualidade do material utilizado, e identificado como tal pelos próprios moradores; 2) que, neste caso, deveria haver um suporte técnico para os moradores e, no caso de Dona Carmem, uma assistência jurídica por conta dos danos materiais sofridos por ela.

SR. JOSÉ

Sr. José era reconhecido pelas assistentes sociais como o "latifundiário do

Preventório”, pois ele, antes da mudança, possuía um sobrado, que considerava como duas casas, e também uma terceira, que era menor e mais afastada. As três foram condenadas à remoção pelos engenheiros responsáveis da CEHAB, no entanto, os profissionais consideraram o sobrado como sendo apenas uma casa, apesar de o morador explicar que eram duas independentes. *“Eu tinha três casas, e agora eles me deram só dois apartamentos? Vou brigar pelo terceiro. Isso não é justo”*. Este impasse sobre o terceiro apartamento era relatado a todo o momento pelo morador. Esta controvérsia remeteu-nos à seguinte questão: baseados em que critérios, os engenheiros desconsideraram os atributos pelos quais o nativo classificava o imóvel como duas casas?

Eu acho que esse apartamento não condiz com a vida das pessoas que moravam na favela, mas não é por isso que eu vou deixar passar meu direito de ter o terceiro apartamento, afinal, eu tinha três casas. A verdade é que o pessoal que construiu isso aqui não sabe como é a vida numa favela. As pessoas lavam roupa, por isso precisam de espaço pra lavar e secar a roupa. As pessoas gostam de planta, então, aqui tinha que ter um espaço para as plantas. As pessoas tinham bichos de estimação em casa, e muitas delas abandonaram os bichos pela favela porque não podiam trazer pra cá. Todo mundo sabe que não é fácil arrumar alguém que queira ficar com bicho adulto dos outros. As pessoas são pobres, mas sabem reconhecer quando um material de construção é ruim. Ainda mais que tem muita gente que trabalha com obra aqui (Sr. José) .

Após a mudança, separou-se da esposa e cada um ficou num apartamento. Inconformado, desde o dia em que foi para o seu apartamento no Preventório III, Sr. José começou a pensar na possibilidade de voltar a viver no morro. Sabia que vendê-lo era proibido, mas constava no Regimento Interno que trocas de imóveis eram permitidas, ou seja, poderia trocá-lo por alguma casa da própria comunidade (ou de outra) que não estivesse localizada em área considerada de proteção ambiental ou de risco de acidentes.

Embora tivesse aceitado e internalizado a função de síndico e fiscalizador dos dois blocos, o morador continuava frequentando a casa em que havia morado no morro. De acordo com o próprio, “vivia “lá e cá”, pois não se sentia totalmente morador do apartamento e nem do morro, mas dormia quase todas as noites neste último, sabendo que essa vida dividida estava com “os dias contados”.

A casa na favela era vista como um refúgio, local onde se sentia seguro. Quando discutia com algum morador, ou quando se aborrecia com algo referente aos prédios, dava um jeito de ir para a antiga casa, local que ele dizia ser “a sua casa de verdade e onde tinha privacidade.” No entanto, após sete meses repetindo o percurso diário, ou seja, ir para a casa no morro e voltar para o apartamento, e vice-versa, o sobrado foi derrubado. Foi aí que José viu-se numa urgência maior em mudar do apartamento, pois não se adaptou à nova rotina e ao novo tipo de moradia.

Oito meses após a mudança para o apartamento, recebi um telefonema de Sr. José. Ele me contou feliz que havia encontrado uma família, moradora da favela, que havia se interessado pelo seu apartamento e que fariam a troca dos imóveis.

Apesar dos planos de melhoria na casa nova, poucos meses após a troca, José resolveu vender tudo e voltar a morar na Paraíba.

Tenho pensado em largar tudo: filhos, ex-mulher e netos. Aqui não tem mais lugar pra mim. E o morro não é como era antes. Agora têm traficantes. Tem polícia também, mas que às vezes é igual ou pior do que os bandidos. A vida deu uma volta muito estranha. Você soube que os traficantes do Rio de Janeiro invadiram aqui, não é? Os imóveis estão até desvalorizando aqui no Preventório por causa disso. Uma casa valia aqui R\$80 mil e com a onda de violência que estava acontecendo, a dona desesperada vendeu por R\$ 55 e olha que foi difícil

encontrar alguém pra querer comprar. Ninguém queria. Depois que colocaram uma Kombi da polícia até melhorou um pouco, mas mesmo assim. Não é como antes.

A mudança para o PAC desencadeou uma série de modificações na vida de Sr. José: casamento desfeito, desentendimentos com vizinhos, volta ao morro, dúvidas em relação onde morar, dentre outras questões de cunho existencial. É válido ressaltar que este morador, foi o único, dos que tive contato, que retornou à favela. A motivação para a volta não ocorreu por dificuldades financeiras, e sim, pela falta de adaptação à estrutura de moradia dos prédios. Todos os outros moradores que, como relatei aqui, demonstraram vontade de retornar ao morro, como Aline e Felícia, não o fizeram, porque não tiveram alternativas. Sr. José retornou para o morro porque teve possibilidades para fazê-lo.

Ter conseguido realizar o desejo de retornar ao morro deveu-se, portanto, à sua posição privilegiada em relação aos demais moradores, antes mesmo das remoções, uma vez que ao ter dois (ou três) imóveis, na troca, conseguiu mais de um apartamento e, ao separar-se de sua esposa, não houve preocupação de ela ficar sem moradia. “Ela ficou lá no canto dela, que ela adorou, e eu voltei para onde nem deveria ter saído”.

O MEXERICO: UM DRAMA SOCIAL NA VIZINHANÇA

Por causa da grande proximidade física em que passaram a viver, a fofoca passou a ser, não apenas uma forma de controle, conflitos, mas fonte de preocupação permanente para todos. Ao mesmo tempo em que admitem o incômodo de ver e ouvir confusões recorrentes entre vizinhos, enumeram e detalham algumas dessas situações, citando nomes e datas em que elas ocorreram. Nesses termos, um dos cuidados que procuram seguir, para “evitar o mal”, é manter sempre que possível as portas fechadas (e se possível também as janelas), e principalmente: não abrir a porta de casa para qualquer vizinho.

Apesar de ser uma pessoa de fora, eu era vista como neutra. Por isso, me receberam tão bem em suas casas, não se importando em mostrar seus pertences, seus quartos e suas dispensas. Como eu não fazia parte daquele universo, eu não representava ameaça à integridade moral de ninguém.

Para Turner (1980), o mexerico estaria relacionado a:

[...] conversas e rumores sobre os problemas privados dos outros, o que os *Ndembu* e seus vizinhos, os *Luvale*, chamam de *kudiyong'ola*, termo relacionado ao verbo *kuyong'a*, “amontoar junto”, pois muitos mexericos acontecem no refúgio central e sem paredes das aldeias tradicionais, onde os homens circuncidados e, portanto, socialmente “maduros” se reúnem para discutir assuntos da comunidade e escutar as “novidades” dos viajantes de outras comunidades⁷.

Para o autor (TURNER, 1980), assim como o drama social, o mexerico só teria sentido entre grupos de pessoas que compartilham valores e interesses, e que têm uma história comum, real ou suposta. Por essa razão, os dramas sociais seriam em larga medida, processos políticos, isto é, envolvendo competição por fins escassos – poder, dignidade, prestígio, honra, pureza – através de meios particulares e da utilização de recursos, que são também escassos – bens, território, dinheiro, homens e mulheres.

⁷ *Social Dramas and Stories about Them*. Victor TURNER. *Social Dramas and Stories about Them. Critical Inquiry*. Vol. 7, No. 1, On Narrative (Autumn, 1980), pp. 141-168 Published by: The University of Chicago Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343180?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=2110263438082> 1.

Dona Gisela, por exemplo, era taxativa ao responder que não abria sua casa para ninguém, “para evitar fofoca”. “Aqui é uma maravilha, mas é preciso manter um contato com os vizinhos da porta para fora, senão eles querem se intrometer na nossa vida e ver tudo o que a gente tem em casa”.

Não gosto de ninguém metido na minha casa. Eu tinha uma colega que chegou à minha casa e disse: "Meu deus do céu! Que rack lindo! Quem foi que te deu?" Eu não respondi nada, fiquei muda. E pensei: Meu deus, essa mulher tá com o maior olho grande no meu rack! Aí, uma vez ela chegou e pediu pra eu comprar um negócio pra ela no crediário. Aí eu disse que não podia não porque o meu nome estava sujo. Inventei né, porque o meu nome não estava sujo nem nunca ficou. Daí, ela nunca mais apareceu aqui. Ela queria o que então? Ela vinha sempre aqui tomar café, mas quando eu disse que não podia ser fiadora dela, ela sumiu. Tem que tomar muito cuidado porque esse pessoal coloca muito olho grande.

A mesma moradora ressaltou os aspectos positivos e negativos de alguns vizinhos. Um deles a contratava para fazer faxinas semanais em seu apartamento, o que lhe rendia 50 reais a mais em cada dia de trabalho. Num tom de superioridade, a moradora relatou: “Aqui é assim, tem vizinho bom e tem vizinho ruim. Os vizinhos aqui do lado do meu apartamento são porcos, a casa deles fede, mas eles são boa gente. O problema é que eu tenho que botar muito desinfetante na minha casa, pra não vir o cheiro ruim de lá pra cá”.

Fonseca (2000) alerta para o fato de que, embora a fofoca possa ter diferentes funções, inclusive educativa ou de reforço do sentimento de identidade comunitária, geralmente ela é concebida como uma força nefasta que serve para informar a reputação dos moradores, consolidando ou prejudicando a sua imagem pública.

Isso fica presente na fala de Dona Gisela, este sentimento de desconfiança presente a todo o momento. Sempre existe a ideia de que os “outros” ao adentrarem em sua casa podem “reparar nas coisas”, fazer fofoca com outros vizinhos sobre seus pertences, sentirem inveja, ou trazerem "mau-olhado" e por isso, considera importante fixar espaços e limites interditos.

Na sociedade brasileira o “olho grande” tem uma representação que se assemelha ao feitiço ou bruxaria. Para um Azande, afirma Evans-Pritchard (1970), quase todo acontecimento que lhe prejudica se deve às más intenções de outrem. Nesse sentido, as noções de olho grande e de mau-olhado são diferentes das de azar ou destino, não só por se aproximarem mais da lógica da bruxaria, mas porque dependem da intenção do “outro”; portanto, acredita-se que, quanto “maior o olho grande”, maior pode ser a potência de seus efeitos negativos.

Segundo Da Matta (1990; p.73), “em casa temos associações regidas e formadas pelo parentesco e relações de sangue; na rua, as relações tem um caráter indelével de escolha [...]”. Desse modo, embora ambos os domínios devam ser governados pela hierarquia fundada no respeito, conceito relacional básico do universo social brasileiro, o local básico do respeito é por excelência a casa. “Na rua [...] o mundo tende a ser visto como um universo hobbesiano, onde todos tendem a estar em luta contra todos, até que alguma forma de hierarquização possa surgir e promover alguma ordem” (Idem; p. 74).

Nesses termos, uma das questões que me ocorreram, como um dos sinais mais evidentes da condição de liminaridade de meus interlocutores, era o fato de que, para eles, os próprios prédios se confundiam com a “Rua”. Apesar de terem se instalado com sucesso nos apartamentos, assumindo-os como suas casas, entretanto, da porta para fora não se reconheciam mais como "em casa", mas jogados “na rua”. Eles sabiam, objetivamente falando, que corredores e áreas comuns do prédio não eram a rua, mas a

forma como se sentiam uns diante dos outros nessas áreas era como se fosse.

Os conflitos entre vizinhos são alguns dos elementos que reforçam a sociabilidade local. José Arthur Rios (1983) já havia apontado a complexidade em torno da noção de vizinhança no meio urbano, pois, ainda que represente um importante modo de convívio nas camadas médias e baixas, na favela, é fonte importante de solidariedades e conflitos. Não por acaso, a discussão teórica construída pelos autores da Escola de Chicago, a partir da leitura de Simmel (1983), tomou o conflito como uma das formas centrais de interação social. Para o autor, se toda interação de homens é uma sociação, o conflito é uma importante forma de sociação, pois visa solucionar dualismos existentes e alcançar uma espécie de unidade, mesmo que seja a partir da aniquilação de uma das partes conflitantes. Park (1979) alertou para o fato de que conflito se difere da competição. A competição pode ocorrer de forma inconsciente, e o conflito é sempre consciente.

A fofoca é, segundo Wieser (2009; p.23), um tipo de produção comunicativa da moral, conhecida universalmente como mexerico (português), *comadreria* (espanhol), *commérage* (francês), *gossip* (inglês), *Klatsch* (alemão), ou por outras palavras que se referem a um comportamento comunicativo, que consiste na apresentação meticulosa, prazerosa e, às vezes, astuciosa de informações sigilosas e segredinhos íntimos de pessoas ausentes, num tom que demonstra (ou simula) perplexidade ou revolta diante de atos ou acontecimentos que, supostamente, não obedecem a padrões aceitos e, portanto, violam convenções morais ou regras comuns de decoro.

Ao ressaltar aspectos negativos dos outros, os mexeriqueiros interpretam seu mundo, ocupam posições ideológicas, fortalecem os laços de solidariedade entre si, e definem o que é apropriado conforme as normas e as convenções vigentes do seu grupo de relação. Percebe-se, também, que os mexericos, como muitos outros gêneros comunicativos do discurso cotidiano, não se revelam como imediatamente utilitários (WIESER, 2009).

CONCLUSÃO

Na verdade, ato-contínuo à mudança, o maior problema para os moradores do Preventório foi o fato de terem constatado o paradoxo no qual se encontravam. Se antes, havia a certeza de que eram pobres (talvez mais pobres do que a maioria de seus vizinhos do morro), isso não os fazia entrar em conflito com nenhum sistema classificatório, nem os das instituições de caridade e filantrópicas, que os incluía em todos os seus circuitos de dádiva, tampouco com os de seus próprios vizinhos no morro e, finalmente com os deles próprios e os do próprio poder público. Para todos os efeitos, eles eram "os pobres" por excelência. Assim eram tratados, do mesmo modo que se percebiam como tais.

Suas identidades como pobres ficaram definitivamente fraturadas, ao mesmo tempo em que não receberam nada em troca de consistente, pelo contrário. Enquanto a mudança para o apartamento foi vista por muitos moradores do morro como algo que reforçava as representações sobre eles como pessoas extremamente pobres, a ponto de terem de ser removidas, através de um programa de governo, o mesmo não ocorreu com muitas das instituições de caridade que os apoiava. Ao mesmo tempo, em relação aos próprios executores do programa, a condição deles era tratada de forma ambígua. Eram tratados como pobres, quando se referia às dificuldades de lidarem com os obstáculos, especialmente quanto ao entendimento das regras do condomínio. A falta de entendimento das regras e o não cumprimento delas eram muitas vezes interpretados como um atestado de pobreza. Ao mesmo tempo, as contas e as despesas, somadas às compras que fizeram para arrumarem seus apartamentos, inevitavelmente os "colocavam" em outro

Pela ótica do mercado e da própria CEHAB, eles eram agora consumidores, e como tais, era esperado que se organizassem para pagarem suas contas e dívidas. Por outro

lado, muitos moradores se questionavam o porquê de pagar aquelas contas todas “se nós somos pobres e precisamos de ajuda?”.

É inevitável reconhecer que a condição de liminaridade apresentada nesta sequência de situações tornou-se a tônica de suas vidas, no momento em que iniciei meu trabalho de campo com eles. Tal confusão foi corroborada pela própria arquitetura dos prédios que, de certa maneira, reforçava os sentimentos de ambiguidade em relação às suas identidades, uma vez que, embora fossem prédios, sob vários aspectos não eram vistos como prédios no sentido burguês do termo.

Tal como pude observar, no PAC - Preventório as contradições estavam presentes a todo o momento nas falas e nas práticas dos sujeitos, ou seja, nem sempre o que falavam era reproduzido em suas práticas. De acordo com Turner (1974:117), uma das características das entidades liminares é que elas "não se situam nem aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. [...].

Referências:

BATESON, Gregory. **Naven**: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo: Edusp, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 5 ed., 1990.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

FREIRE, Leticia Luna. **Próximo do saber, longe do progresso**: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão -RJ. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2011.

PARK, Robert Ezra. **A cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In:Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**, v. II. São Paulo : Edusp. 1974.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

RIOS, José Arthur. Verbetes "Vizinhança". In: NETO, Antonio de Garcia de Miranda (org.) **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Mana**, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, out. 2005, p. 577-591

SIMMEL, G. **Sociabilidade**: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.) Sociologia, São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas sociais, vol. 34, 1983.

TORQUATO, Shirley Alves. **Casa nova, vida nova**: Consumo, despesas e orçamento doméstico entre moradores do PAC do Morro do Preventório. Tese (Doutorado), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF. 2005

TURNER, V. Social dramas and history about them. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 1, 1980. On Narrative Disponível
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343180?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102675112541>. Acesso em 12/05/2011.

WIESER, Hans Peter. **A produção discursiva da moral no gênero fofoca** [manuscrito]: elementos para uma descrição micro e macrossocial da conversação cotidiana. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. 2009.2 v. (851 f.).